

José Aparecido Lima Dourado

Doutorando em Geografia pela
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Campus Presidente Prudente-São Paulo
josephdourado@yahoo.com.br

Camponês caatingueiro: reflexões sobre o campesinato no Semi-Árido brasileiro¹

Resumo

Com este artigo propomos uma reflexão sobre o camponês caatingueiro em sua dimensão geográfica. Essa abordagem está fundamentada em aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais, de modo a apresentar elementos que caracterizem e diferenciem o camponês caatingueiro do sertanejo descrito ou apontado pela literatura clássica (CUNHA, 1991) e por autores contemporâneos, como é o caso de Brandão (2009). Ao longo do processo histórico as abordagens sobre o Sertão e os sertanejos foram caracterizadas por uma homogeneidade político-cultural sustentada por discursos e políticas públicas que tratam os camponeses de diferentes regiões do Brasil como se de fato existisse apenas um único indivíduo sertanejo, similar à figura do "Jeca Tatu" descrito por Monteiro Lobato. Intenta-se, a partir da relação entre a teoria e a empiria, buscar ir além dos *aprioris*, demonstrando que esse sujeito social produz território e é produzido por ele. Seus valores, práticas sócio-culturais e visões de mundo exercem forte influência em sua forma de organização social e em sua relação com o seu lugar de vivência, nesse caso, o Semi-árido. Os projetos desenvolvimentistas pensados para essa fração do território nacional são pautados na contradição atraso versus modernidade, ou ainda seca versus disponibilidade de água como elementos fundantes para justificar as políticas de desenvolvimento regional/territorial.

Palavras-chave: Camponês caatingueiro, Semi-árido, Seca, Território, Desenvolvimento regional/territorial.

Abstract

CAATINGUEIRO PEASANT: REFLEXIONS ABOUT OF THE PEASANTRY IN THE BRAZILIAN SEMI-ARID

With this article we propose a reflection on the peasant caatingueiro in its geographical dimension. This approach is based on the cultural, political, economic and social aspects, in order to provide elements that characterize and differentiate the peasant caatingueiro described the backcountry or appointed by the classical literature (Cunha, 1991) and by contemporary authors, as is the case of Brandão (2009). Along the historical process approaches to the Sertão and the backwoods-men were characterized by a homogeneous political and cultural discourses and supported by public policies that deal with farmers from different regions of Brazil as if it existed only in a single-dividuum backcountry, similar the figure of "Jeca Tatu" described by Monteiro Lobato. It seeks, from the relationship between theory and empiricism, seeking to go beyond the a priori, showing that the social subject area produces and is produced by him. Their values, socio-cultural practices and worldviews exert a strong influence on their form of social organization and their relationship with their place of living, in this case, the semi-arid. The development projects designed for the fraction of the country are guided by the contradiction delay versus modernity, or dry versus water availability as foundational elements to justify policies of regional development / planning.

Key-words: Caatingueiro peasant, Semi-arid, Dry, Territory, Regional/territorial development.

1. Introdução

O leitor, ao "passar" apressadamente os olhos pelas páginas da obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha (1991), poderá incorrer no erro de pensar que o Nordeste semi-árido² é uma paisagem monótona, feia e pobre em biodiversidade, como consequência da forma áspera como o autor descreveu a Caatinga³, com seus mandacarus⁴, juazeiros, umbuzeiros e xiquexiques⁵. Os atributos climáticos, fitogeográficos e antrópicos no Nordeste semi-árido serviram, em muitas situações, para fundamentar discursos e práticas que buscavam na aridez uma justificativa para as contradições verificadas nessa fração do território nordestino. Como atenta Josué de Castro, em *Geografia da fome* (1984, p. 181), Euclides da Cunha (1991) cometeu exageros e "certos arroubos de imaginação" ao descrever o Sertão nordestino de uma maneira poética e salpicada por dramas humanos vividos pelos sertanejos, em função das secas que crestavam as paisagens e transformavam-nos

em transeuntes. A concepção de Nordeste semi-árido como um espaço pobre em sócio-bio-diversidade foi rebatida desde meados dos anos 50 do século XX pelo francês Jean Dresch, quando este afirmou que os rincões do Nordeste seco não tinham “nada de deserto”, pois constituíam a região semi-árida mais povoada do planeta.

Resguardadas as devidas proporções, e feito o alerta, importa realçar a sensibilidade de Euclides da Cunha (1991) ao descrever o Nordeste semi-árido em suas paisagens naturais e seus cenários políticos e sociais, muitas vezes defenestrados por discursos ideológicos enviesados. Trata-se de uma obra precursora e posta “na raiz do desenvolvimento das ciências sociais brasileiras nos anos de 30 e 40” (GALVÃO, 1980, p. 36), constituindo-se o primeiro “ensaio sociográfico e de interpretação histórico-geográfica” (FERNANDES, 1977, p. 35).

Analisando a realidade do Nordeste semi-árido é importante destacar a existência de uma construção histórico-cultural que desprivilegia o fortalecimento das identidades daqueles que vivem na região. A mendicância e o flagelo – velhas cantigas fúnebres repetidas pelos governantes – enfeixaram, desde sempre, os elementos centrais dos discursos hegemônicos. Isso ocorreu em virtude do fato dos europeus que aqui chegaram e os seus descendentes (leia-se elites oligárquicas) não saberem viver em um lugar tão diverso daquele que estavam acostumados, ou ainda, cujos costumes haviam sido transferidos aos últimos através das vivências familiares ou por meio de viagens à Europa. Os desdobramentos podem ser visualizados pelo não *saber-viver* a seca e/ou conviver com o Semi-árido, aspecto que se transformou em um problema para as populações camponesas ao longo do século XX e, em contrapartida, um cabedal eleitoral para assegurar as elites oligárquicas no poder.

No transcorrer das décadas, mudanças profundas e de toda ordem foram verificadas no Nordeste semi-árido, embora isso não signifique que os antigos problemas tenham sido superados em sua completude. O Novo e o Velho Nordeste figuram lado a lado, travestidos e plasmados de modernidade e atraso, tudo aos olhos ávidos do capital que expande seus tentáculos pelo território Semi-árido, criando enclaves modernizados, onde verificam-se a existência de espaços em que a tecnologia de ponta impera,

como é o caso das áreas irrigadas e dos projetos de exploração mineral. Nesse contexto, entram em cena os projetos desenvolvimentistas que, partindo de uma perspectiva modernizadora, homogeneizante e descontextualizada, centrada em moldes globais dominantes, eclipsam sonhos e potencialidade locais, desterritorializando material e imaterialmente as populações residentes nessas áreas. São muitos os espectros destes projetos desenvolvimentistas, dos quais destacamos o Projeto BAMIN (exploração de minério de ferro no município de Caetité), a construção da Fiol⁶ (Ferrovia de Integração Oeste-Leste), a implantação de perímetros irrigados (Baixio do Irecê, Salitre, entre outros) e a implantação do parque eólico sob a responsabilidade do consórcio Renova. Para justificar a legitimidade destes empreendimentos seus idealizadores fazem uso do discurso do desenvolvimento regional que ocorrerá em função da geração de emprego e da distribuição da renda decorrentes da implementação dos mesmos. Nada se diz sobre a efemeridade dos postos de trabalho criados com a execução de obras desta natureza, tampouco sobre os verdadeiros beneficiados com tais investimentos, visto que estes estão, precipuamente, a serviço do grande capital e voltados para atender às demandas do mercado externo. Fundamentado no paradigma clássico da inovação, o capitalismo busca, através de seu processo expansionista pelo Nordeste semi-árido, estabelecer novas possibilidades de acumulação, visto que este centra-se na “acumulação como fim, lucro como critério e crescimento como estratégia” (POLANYI, 1980), ou seja, acumulação *ad infinitum*.

Neste artigo propomos realizar uma reflexão sobre o camponês caatingueiro em sua dimensão geográfica. Essa abordagem está fundamentada em aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais, de modo a apresentar elementos que caracterizem e diferenciem o camponês caatingueiro do sertanejo descrito ou apontado pela literatura clássica (CUNHA, 1991) e por autores contemporâneos, como é o caso de Brandão (2009). Ao longo do processo histórico houve a construção de uma homogeneidade político-cultural por meio dos discursos e das políticas públicas ao tratar dos camponeses de diferentes regiões do Brasil, como se de fato existisse apenas um único *in-dividuum* sertanejo, similar à figura do “Jeca Tatu” descrito por Monteiro Lobato. Intentamos, a partir da relação entre a teoria

e a empiria, buscar ir além dos *aprioris*, demonstrando que esses sujeitos sociais produzem território e são produzidos por ele. Seus valores morais, práticas sócio-culturais e *saberes-fazer*es exercem forte influência em sua forma de organização espacial e em sua relação com o seu lugar de vivência, nesse caso, o Semi-árido, tornando-os possuidores de singularidades que os diferenciam do sertanejo clássico.

2. O camponês caatingueiro: uma análise sem *aprioris*

Há, com esse texto, um esforço de nossa parte no sentido de formular algumas ideias acerca do camponês/trabalhador da terra que vive no Nordeste semi-árido, por entender que as abordagens feitas até o momento não refletem sua riqueza e complexidade sócio-cultural e política. A intenção é romper com o caráter histórico de miserabilidade com que estes sujeitos foram/são tratados, pois, consciente ou inconscientemente, eles são colocados na condição de fadados ao atraso cultural e econômico, cujo modo de vida deve ser superado em virtude do nível de desenvolvimento técnico, científico e informacional alcançado pela sociedade no século XXI.

Entendemos como *camponeses caatingueiros* os sujeitos que possuem uma relação de convivência com a Caatinga⁷, na qual utilizam estratégias diversas para superar os limites impostos pelo *déficit* hídrico característico da região semi-árida, situação não vivenciada pelos camponeses de outras regiões do país. Essa é uma tentativa do pesquisador em superar os liames que homogeneizam o nordestino sertanejo, pois concordamos com Almeida (2003, p. 75) quando a autora afirma que há “vários sertões”, o que nos leva à ideia de que há, conseqüentemente, vários sertanejos. Buscamos em diversas obras, como Brandão (2009), Almeida (2003) e Melo Neto (2000), uma definição que melhor se adequasse aos sujeitos abordados por este artigo, entretanto, em nenhum dos autores foi encontrado um conceito que conseguisse caracterizar/explicar os camponeses que vivem e convivem com/no Semi-Árido. O mais próximo daquilo que compreendemos neste artigo como *camponês caatingueiro* está presente nos escritos de Almeida (2003) e de Queiroz (1994).

Cabe mencionar, contudo, que o termo de *camponês caatingueiro* não se refere a um sujeito social homogêneo, cuja caracterização é feita utilizando um padrão linear. O *camponês caatingueiro* pode ser um agricultor de sequeiro ou praticar a agricultura irrigada, ser sem terra, com pouca terra, indígena, quilombola, parceiro, meeiro ou ainda praticar temporariamente a migração campo-cidade em busca de trabalho nos períodos de longa estiagem. O sujeito social que tratamos nesse texto vivencia a plasticidade e a mobilidade do trabalho, particularidade que o torna uma interessante possibilidade de pesquisa para a Geografia, em suas diversas vertentes, em função da complexidade que perpassa sua realidade cotidiana

As descrições do *camponês caatingueiro* feitas até o momento estão carregadas de tragédias sociais e climáticas, sendo marcadas por estereótipos, como “o sertanejo é antes de tudo um forte” (CUNHA, 1991). Afirmações dessa natureza pouco revelam e/ou desnudam os conflitos de classe e a identidade do sertanejo enquanto um sujeito que, assim como um camponês de qualquer região do Brasil, está interligado de alguma forma à sociedade do capital em suas múltiplas dimensões e escalas. Cabe destacar, porém, que tal condição não impede que os *camponeses caatingueiros* permaneçam cultuando sua identidade e suas tradições, como a de “plantar no pó” para antecipar o tempo de colheita e assim aproveitar o curto período de precipitação na região semi-árida, ou ainda, a de realizar grandes festas religiosas em homenagem aos santos padroeiros, com procissões, cavalgadas, leilões e forrós.

As romarias e as diversas devoções são características religioso-culturais importantes do *camponês caatingueiro*, que faz promessa para seu santo de devoção pedindo que “mande a misericórdia”, referindo-se à chuva, tida por ele como o maior bem que pode receber, pois representa a possibilidade de trabalhar a terra, da colheita farta. A chuva é tratada com certa dose de misticismo, mais que em qualquer outra região do Brasil, pois “tempo bom” é “tempo de chuva”; é o “inverno”, que para ele não está relacionado às quatro estações do ano cientificamente definidas. Para ele, tem intrínseca relação com a chuva, se está chovendo é tempo de inverno, tempo de plantar, de preparar as lavouras para estocar alimentos, água e recursos financeiros para serem utilizados durante os meses em que as fontes de água e alimentos ficam mais escassas em função de períodos de longa estiagem.

Os *camponeses caatingueiros* são sujeitos possuidores de sabedoria, adquirida através da observação, da convivência familiar e comunitária. Seus *saberes-fazer*s (CLAVAL, 2011) que vão desde a capacidade de “ler/interpretar os sinais do tempo”, a identificação de ervas com capacidade medicinal – os raizeiros – até as habilidades artísticas, como demonstram os Ternos de Reis, formados para louvar o Santo Reis, os repentistas, cordelistas e tocadores de viola. Outra característica peculiar do *camponês caatingueiro* é sua relação com a feira livre, pois esta se torna o lugar do encontro, da sociabilidade entre sujeitos “iguais” na simplicidade que a lide no campo traz em si. A feira livre representa o espaço no qual o camponês expõe, como se fosse uma vitrine, os frutos do trabalho, que não é apenas seu, mas de toda a família, condição essa que tem garantido a reprodução do modo de vida camponês. Na feira, *camponeses caatingueiros* transformam-se, mesmo que por apenas algumas horas, em feirantes a comercializar os excedentes da produção familiar camponesa.

Mesmo sabendo-se que o Semi-árido nordestino possui sérios problemas sócio-econômicos, muitas vezes agravados pelos períodos de estiagem prolongada, a análise da realidade regional não pode partir exclusivamente de uma única variante: a água. A análise geográfica não pode desconsiderar esse aspecto, porém, faz-se necessário reafirmar a importância de não limitar a “leitura” do espaço apenas à “falta d’água”, pois essa abordagem já se transformou em um lugar-comum e, ao que tudo indica, é o caminho mais fácil (e débil) para tratar dessa fração do território brasileiro, caracterizada pelas mais variadas paisagens naturais, culturas, modos de vida (Figura 1), organização social, contradições sociais e conflitos agrários.

Assim, antes da seca, há que se falar das gentes, das culturas, dos *saberes-fazer*s, sabores, pois tudo isso se encontra amalgamado, imbricado, no sujeito que luta pelo acesso à terra e à água, que se transforma em transeunte, migrante, mesmo que temporariamente, em busca de melhores condições de vida. É nesse universo que surge a necessidade de desenvolver ações capazes de favorecer a convivência dos *camponeses caatingueiros* com o ecossistema Semi-árido. Essa tarefa demanda ações efetivas entre os mais diferentes segmentos da sociedade, inclusive do governo, nas esferas municipal, estadual e federal, no sentido de fortalecer as políticas públicas de proteção à Caatinga, bioma que tem sido destruído

de modo intenso, principalmente nas últimas décadas, em função da expansão/territorialização do capital nessa região. Enquanto as preocupações sobre a proteção ambiental ficam polarizadas em torno da Amazônia e do Cerrado, a Caatinga⁸ continua sendo destruída sem muitos obstáculos, pois não há, de fato, o reconhecimento de sua importância e de sua diversidade sócio-bio-cultural.

Figura 1
CAMPONÊS CAATINGUEIRO NA LIDE COTIDIANA. LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA (BA)



Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.
Autor: DOURADO, J. A. L.

Observamos que o processo expansionista do capital sobre o Nordeste semi-árido tem como mote (re)ordenar o território e seus usos para que este possa atender as demandas do mercado global. Desta forma, pode-se afirmar que o que antes era considerado como um obstáculo para o desenvolvimento da região semi-árida, ou seja, os grandes períodos de estiagem, no contexto atual é justamente um dos elementos utilizados pelo grande capital para justificar a expansão da fruticultura irrigada. Ressalte-se

ainda o entrelaçamento do grande capital ao Estado em função da “nova responsabilidade” assumida pelo Brasil com a produção de biocombustíveis a partir da expansão da cana-de-açúcar nessa região, fato que contribui para exercer maior pressão sobre a Caatinga e acelerar sua devastação. Esse fenômeno coloca elementos para o debate, ao evidenciar que as formas tradicionais de uso desse território feito pelas comunidades locais são desvalorizadas, as formas de convivência com o Semi-árido são colocadas como contrárias ao desenvolvimento e os *camponeses caatingueiros* tidos como bárbaros ao se oporem ao projeto civilizatório/modernizador, que utiliza como justificativa o crescimento econômico.

Há, pois, nesse processo expansionista do capital sobre o Nordeste semi-árido, a execução de grandes obras, como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e a introdução de lavouras voltadas para o mercado externo, como é o caso da fruticultura irrigada e da cana-de-açúcar para a produção de biocombustível, muitas vezes financiados com investimentos estatais. Esse fenômeno denuncia uma redescoberta do Sertão fundamentada num projeto político-ideológico-epistêmico que implica na emergência da colonialidade do ser, do saber e do poder. Como geralmente estão centrados em lógicas que são externas aos interesses das comunidades locais, os projetos desenvolvimentistas expressam a relação desigual, congestionada e “convulsionada” entre o Estado, o capital e os *camponeses caatingueiros*, visto que os territórios são usados e abusados pela estrutura hegemônica global de poder e dominação que se apropria dos recursos naturais, do trabalho e da subjetividade das pessoas, demonstrando a violência física e epistemológica da racionalidade do capital. É nesse cenário que o Nordeste semi-árido se torna propício à territorialização de megaprojetos desenvolvimentistas por se tratar de um espaço a ser civilizado pelo capital, haja vista que a exploração dos recursos naturais existentes em seu território representa a possibilidade de grandes lucros. Vale destacar que estes projetos desenvolvimentistas desconsideram os *saberes-fazer*s locais, como as formas de convivência tradicionalmente desenvolvidas pelos *camponeses caatingueiros*. Para o grande capital e seus órgãos capitaneadores, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), os lugares adquirem importância quando dispõem de recursos que possam favorecer o sistema capitalista através da exploração de recursos naturais ou do trabalho humano.

Dentre as estratégias de convivência, o *camponês caatingueiro* costuma cultivar lavouras de ciclo curto no período de chuva, como o feijão, o milho, o gergelim, a melancia, a abóbora, aproveitando, ainda, as áreas úmidas nos vales dos rios para o cultivo do arroz. Assim, o abastecimento da família é garantido, sendo que o excedente é comercializado para comprar aquilo que não produzem. Entre as lavouras de período longo destacam-se o fumo, o algodão, a mandioca e a cana. A criação de gado bovino e caprino constitui outra atividade muito comum na Caatinga, muito bem adaptada às condições climáticas, visto que os *camponeses caatingueiros* passaram a cultivar palma, cana-de-açúcar e mandioca, utilizadas como alimentos para os animais durante os períodos de estiagem. A agropecuária é uma importante atividade para os camponeses do Semi-árido, pois a venda de derivados do leite, como queijo, requeijão e manteiga, representa fonte de renda durante todo o ano, cujos produtos são geralmente comercializados nas feiras livres. Mais recentemente foi introduzida a cultura do maracujá amarelo, lavoura que tem contribuído sobremodo para melhorar financeiramente a renda dos *camponeses caatingueiros*.

Embora estas estratégias de convivência sejam comuns em todo o Semi-árido, elas quase não aparecem nos discursos político e midiático que, de forma tendenciosa, fazem uma associação desta região à ideia de vulnerabilidade social, sem aprofundar nas questões que causam o atraso e impedem a emancipação dos sujeitos que compõem os mosaicos sociais da Caatinga. A permanência do *camponês caatingueiro* no Semi-árido está para além do sofrimento, da miséria e da migração. Não se trata de uma permanência forçada. Na verdade, há que se ressaltar a relação de pertencimento do *camponês caatingueiro* em relação à Caatinga, seu território da vida; espaço de morada, onde, por meio das vivências e convivências, constroem e reconstróem seus modos de vida, num intenso processo de criação e recriação, de culturas, de *saberes-fazeres*.

Nesse sentido, a paisagem acinzentada da Caatinga não possui, para os sujeitos que dela fazem parte, a conotação de lugar inóspito, sofrível e de agruras. Isso está muito mais para as políticas assistencialistas e discursos hegemônicos que, por assumirem uma postura política e ideologicamente favoráveis à manutenção das estruturas de poder e de classes, procuram

evidenciar apenas os aspectos que colocam o morador da Caatinga como um sujeito a ser civilizado, assistido, desconsiderando a sua historicidade em suas múltiplas escalas e dimensões. De acordo com Chacon:

As políticas públicas não se preocupam em olhar este lugar e escutar com atenção seu povo, apenas repetem há décadas uma postura de descomprometimento, justificada na maioria das vezes por uma suposta inviabilidade econômica e produtiva da região (CHACON, 2007, p. 32-33).

Os projetos de “civilização” expressos nas políticas de desenvolvimento regional/territorial, pensados e implementados no Nordeste semi-árido, em sua maioria, respondem a demandas que não são reais para essa região. Trata-se de projetos que não são seus, pois, são impostos pelos atores hegemônicos ou pelo Estado que, atuando em consonância com o grande capital, agem de acordo com interesses externos. Os projetos desenvolvimentistas representam a expressão do processo expansionista do capital, implementando grandes transformações nas paisagens, nos modos de vida das populações locais, visto que a lógica que fundamenta esses empreendimentos não condiz com os anseios e necessidades daqueles que são diretamente impactados por eles. Os modos de vida do *camponês caatingueiro* vêm sendo desmantelados por projetos de cunho urbano-industrial, mediante o falseamento da realidade deste sujeito, que é colocado na condição de “não-existência” e/ou de importância secundária.

Como nos diz Malvezzi (2007, p. 9), “o Semi-árido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só”. A diversidade sócio-bio-cultural dos sujeitos que compõem estas paisagens revela a existência de mundos que se entrelaçam dentro de um mesmo território (Figura 2). O Nordeste semi-árido precisa ser interpretado a partir das relações estabelecidas pelos homens entre si e destes com o meio, evitando-se, assim, análises focadas em elementos que não dialogam com o todo, pois, foram “pinçados” da realidade e a eles é atribuída a responsabilidade de explicar os antigos e atuais rumos da região.

Figura 2
CAMPONÊS CAATINGUEIRO COM VESTIMENTA TÍPICA PARA O TRABALHO DE PASTOREIO DO GADO



Fonte: Pesquisa de campo, set./2010.
Autor: OLIVEIRA, C.

Ao propor analisar a Região Nordeste, um primeiro problema que surge é a necessidade de definir qual Nordeste descrever e interpretar. A discussão sobre qual dos “Nordestes” tratar é muito recorrente, diante das diversas regionalizações propostas para essa fração do território nacional. Não é possível juntar em uma única regionalização realidades tão díspares, apesar de, ao mesmo tempo, serem tão imbricadas, em virtude dos processos interativos entre os lugares. Então, Região Nordeste, Sertão, Semi-árido⁹, Caatinga, embora pareçam ser termos sinônimos, em alguns momentos convergem enquanto que em outros divergem. Na verdade, estes termos são comumente tratados como sinônimos devido a vários aspectos envolvidos, desde os naturais (físico e ecológico), culturais, políticos, territoriais, até os sociais. Esse imbróglgio causado pelas várias formas de regionalização propostas pelo Estado se reflete nas disparidades existentes entre as defi-

nições de Região Nordeste (IBGE¹⁰), Sertão e Semi-árido, porque, embora elas dialoguem, não tratam exatamente de um mesmo espaço geográfico, ainda que em determinados momentos estejam plasmadas ou sobrepostas.

Há, porém outros termos que são frequentemente usados para se referir à Região Nordeste, como “Sertão” e “Semi-árido”. Mas ao utilizar o conceito de “Sertão”, há que se ter cuidado para não se colocar em um mesmo plano, espaços diferentes, pois este termo, cunhado por Euclides da Cunha (1991), Guimarães Rosa (1986), Brandão (2009) e Almeida (2003), entre outros, refere-se a todo o sertão brasileiro, incluindo Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e parte do Mato Grosso. Brandão vai mais longe (2009) quando inclui, ao falar de sertão, o interior de São Paulo, ao fazer referências aos espaços e tempos do mundo rural. Nesse sentido, o sertão é fruto de uma construção com forte apelo simbólico, histórico e de representações culturais, ou seja, uma construção social. Para estes autores, o sertão de que tratam engloba o sertão nordestino e o sertão brasileiro.

Os termos “Sertão” e “Região Nordeste” se distinguem do ponto de vista da regionalização, porque Sertão está associado à ideia de zona fisiográfica, enquanto que Região Nordeste refere-se à divisão político-administrativa utilizada pelo Estado para fins de planejamento e gestão do território. Almeida (2003, p. 74) entende que o “sertão/espaço não existe em si mesmo, mas unicamente através de um conjunto de efeitos ou de interações que ele engendra”. O significado de sertão traz em si a ideia de algo distante, longínquo, lugar atrasado e pouco acessível, como resquícios do ideário construído pelos colonizadores, principalmente no período das bandeiras¹¹. Há ainda o termo “Semi-árido”, muito utilizado para se referir à Região Nordeste, definição um tanto quanto problemática, porque o Semi-árido inclui também a porção Norte do estado de Minas Gerais, mais especificamente, o Vale do Jequitinhonha. Ante o exposto, adota-se neste artigo o termo “Semi-árido nordestino” para se referir ao espaço da Região Nordeste abordado, assim se delimita o campo de atuação e reflexão, superando, mesmo que grosso modo, as vicissitudes em relação às várias regionalizações e aos vários termos propostos para o espaço em questão.

Ao assumir essa definição como pilar para a leitura geográfica de parte do Nordeste brasileiro, reconhece-se as singularidades do povo que ali reside e que, por meio das práticas cotidianas, constroem seus espaços

de vivência, os *territórios da vida*. Porém, é mais comum, na literatura, abordagens que tratam a Caatinga de maneira poética e ideologicamente desenhada como “monstro trágico” e/ou desafeto do sertanejo, pois

[...] o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado: árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante (CUNHA, 1991, p. 39).

Referências desta natureza induzem ao esquecimento das muitas e ricas formas de convivência entre o *camponês caatingueiro* e a caatinga, pois o que traz maiores benefícios, principalmente para os políticos, é a imagem da terra esturricada, dos animais mortos e dos migrantes à beira das estradas fugindo das secas. Esta é a realidade que interessa a muitos governantes e seus asseclas, porque torna-se favorável à manutenção do *status quo* através de benesses, como os carros-pipa, as frentes emergenciais, entre tantas outras.

Na verdade, o pior e maior problema enfrentado pelo *camponês caatingueiro* são, talvez, as “cercas” e não as secas. Deste modo, faltam políticas públicas consistentes que possibilitem aos camponeses do Nordeste semi-árido as condições de reprodução da vida com autonomia, sem submissão aos ditames de políticos “comprometidos” com os efeitos das secas. Não por acaso, as políticas de combate aos efeitos das secas são pautadas em obras reformistas, pontuais, esporádicas, assim como o fenômeno cíclico que as justificam, e são sempre menores que a área afetada. Considerando-se que a região Nordeste é o segundo maior colégio eleitoral do país, fato este que lhe confere lugar de destaque e merecedor de atenção especial por parte dos políticos que, por meio do clientelismo/apadrinhamento, buscam manter o poder sobre a massa da população, tem-se os elementos para resolver a equação seca/ações emergenciais/fortalecimento do poder político.

3. Convivendo com/no Semi-árido: da fuga à permanência do camponês caatingueiro em seu território da vida

Durante todo o século XX as migrações de nordestinos viventes no Semi-árido, principalmente para as regiões Sudeste e Sul, eram encaradas como a única alternativa para que estas populações conseguissem viver em condições dignas. Embora esse processo não tenha estancado por completo, fato é que a migração de nordestinos para o Centro-Sul do país vem reduzindo nos últimos anos do século XXI. Mesmo assim, a região Nordeste, e de modo particular o Nordeste semi-árido, ainda se caracteriza como dispersora de mão-de-obra para as lavouras de cana-de-açúcar nos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul e para as lavouras de laranja em São Paulo.

Essas mudanças no processo de migração interna das populações é resultado de complexos processos, relacionados, inclusive, às disputas territoriais decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas no campo brasileiro e cujos resultados interferem nos fluxos migratórios populacionais. Além disso, ações desenvolvidas pelo governo também têm interferido nas correntes migratórias internas, como é o caso das obras do PAC. O desenho/redesenho dessas novas rotas diz muito sobre a atuação do grande capital, pois enfeixam elementos que impactam diretamente a força de trabalho. De acordo com Thomaz Júnior:

O desenho/redesenho dessas novas rotas migratórias está sendo redefinido, em essência, pela estimulação das políticas públicas, sobretudo no ambiente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído em janeiro de 2007, pelo governo Lula. [...] As contradições desse processo indica estamos diante de um movimento que conta com novos vetores, os quais impactam diretamente a força de trabalho. Os principais corredores migratórios, ou Estados/regiões migratórios (Maranhão, Piauí, Norte de Minas Gerais, Bahia, Alagoas), que a mais de duas décadas abastecem as demandas do corte da cana-de-açúcar no Centro-Sul ou, mais propriamente, São Paulo, e as colheitas de outros produtos agrícolas (laranja, café, morango, frutas), a partir de 2007, sinalizam alguns desvios de rota, para Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará. Ou seja, apesar da migração do trabalho para as atividades do agrohídronegócio (particularmente canavieiro), novos elementos estão indicando novas combinações dos deslocamentos territoriais (THOMAZ JÚNIOR, 2011, p. 26).

O Nordeste semi-árido congrega elementos geográficos que não permitem mais uma abordagem pautada unicamente nos problemas originários da escassez hídrica. Há que se pensar em abordar esses novos fenômenos mencionados por Thomaz Júnior (2011), pois estes têm demonstrado, através de sua territorialização, que, para o capital, as condições edafo-climáticas do Semi-árido brasileiro transformaram-se em aliadas para a sua reprodução ampliada. As grandes áreas semi-áridas ocupadas pela fruticultura irrigada são exemplos dessa realidade que, longe de ser um fato isolado, colocam em questão a ideia disseminada ao longo do século XX da “região-problema”, da miséria, da fome e tantos outros clichês. O vale do São Francisco, nas últimas duas décadas, transformou-se num importante polo frutícola (manga, uva, banana entre outras), alcançando mercados internacionais importantes como a Europa, os Estados Unidos da América e o Japão.

A existência de subespaços dinâmicos criados pelo Estado em parceria com os agentes do capital tem favorecido o remodelamento de determinadas áreas do território nordestino. Estes subespaços dinâmicos permitem a conexão do mercado regional ao mercado global, passando a dinâmica econômica local/regional a estar intrinsecamente relacionada e/ou subordinada ao jugo dos mercados externos. Os fixos e os fluxos (SANTOS, 2006) acabam sendo determinados pelos interesses do capital, que buscam apropriar-se dos recursos disponíveis e, assim, obter a sua reprodução ampliada.

As ações governamentais ao longo das últimas décadas, principalmente a partir dos anos 1980, voltadas para combater os efeitos das secas, tiveram desdobramentos pouco efetivos, constituindo-se apenas em paliativos para uma situação de extrema exclusão social, de desigualdade econômica e de concentração fundiária. Recentemente, as obras de transposição do São Francisco demonstraram que, em pleno século XXI, o discurso “água para quem tem sede” serve de cortina para justificar investimentos que não proporcionam melhorias nas condições de vida das populações do Semi-árido, pois não são, de fato, pensadas por/para elas. Nesse cenário desenvolvimentista, prevalecem os interesses externos que, ao serem concretizados, acabam contribuindo para fortalecer a civilização da barbárie¹², que expropria, subjuga, explora, aliena e, em muitos casos, ceifa a vida dos *camponeses caatingueiros*.

4. Articulação para o Semi-árido (ASA): uma “gota de ação” no Sertão de abandono e descaso políticos

Importantes ações têm sido desenvolvidas pela Articulação para o Semi-Árido-ASA, uma organização da sociedade civil¹³, criada desde 1999, que atua em todo o Semi-Árido, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural das populações que aí residem. Dentre as ações implementadas pela ASA, merecem destaque os Programas 1 Terra e 2 Águas (P1 + 2) e o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência no Semi-árido: um milhão de cisternas rurais (P1MC)¹⁴.

O Programa P1 + 2¹⁵ orienta os *camponeses caatingueiros* no processo de captação de água das chuvas para o consumo humano, indo além, ao capacitá-los para utilizar o solo de forma sustentável e fazer o manejo adequado dos recursos hídricos para a produção de alimentos e geração de renda. O Projeto P1MC¹⁶ tem por objetivo beneficiar cinco milhões de pessoas em toda a região Semi-árida, por meio da construção de cisternas de placas que possibilitará armazenar água potável para o consumo humano. Se realizado em sua totalidade esse projeto tem condições de armazenar 16 bilhões de litros de água potável para beber e cozinhar.

A ASA é resultado da mobilização social com o propósito de tornar a convivência sustentável do *camponês caatingueiro* com o Semi-árido, de modo que haja uma mudança estrutural na forma com que a população, que vive na Caatinga, lida com suas particularidades edafo-climáticas, transformando-as em aliadas para sua reprodução social. Para que essa mudança seja efetiva, devem-se consolidar ações com o propósito de fortalecer a economia local, através do desenvolvimento da produção familiar. Segundo Silva,

[...] a convivência com o Semi-árido requer outros valores e outros padrões de produção, como as alternativas baseadas na agroecologia, no manejo sustentável da Caatinga, na criação de pequenos animais e nos projetos associativos e cooperativos, que expressam uma economia solidária (SILVA, 2006, p. 235).

A solução dos problemas que afetam o Semi-árido requer a adoção de ações efetivas e que sejam realmente instrumentos de transformação da realidade vivenciada por mais de 22 milhões de pessoas. A política de

irrigação adotada como pilar para promover o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste como um todo conseguiu apenas criar ilhas de modernidade em um sertão de pobreza. O incentivo à agricultura irrigada, através da implantação dos perímetros irrigados pelo Estado, tem favorecido a concentração da renda e da terra e limitado o acesso à água, perpetuando, assim, a já conhecida história dos senhores da terra e da água no Semi-árido.

As ações da ASA têm somado força junto a outros movimentos sociais (Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores, Comissão Pastoral da Terra), de modo a promover a mobilização da sociedade civil, alertando para as possibilidades e potencialidades do Semi-Árido, rumo a uma mudança de mentalidade em relação às características ambientais dessa região. Com isso, embora haja um longo caminho a ser percorrido, as mudanças no uso dos recursos naturais demonstram a validade e a importância das ações da ASA para a criação e o fortalecimento de práticas que valorizem a identidade do *camponês caatingueiro*, de modo a torná-lo cada vez mais independente em relação às políticas assistencialistas.

Ainda nesse contexto, é necessário destacar que muitos são os desdobramentos negativos decorrentes da implantação de políticas de desenvolvimento baseadas em experiências exógenas, como a introdução de atividades econômicas pautadas, por exemplo, na fruticultura irrigada, que exige grande volume de água. Além disso, o processo de salinização do solo nessa região, em função de práticas agrícolas inadequadas, é apenas mais um dos desdobramentos da modernização conservadora da agricultura. A criação de um “novo” Semi-árido, onde a escassez de recursos hídricos não constitui um problema econômico e social, enfeixa elementos que permitem desalinhar os fios que tecem o tecido sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2007) em seu processo de territorialização e busca desenfreada pela reprodução ampliada.

É por meio dessas experiências que a ASA tem mostrado ser possível, através de medidas com baixo custo econômico, colocar em xeque e abalar as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária que tantos danos causaram e ainda hoje causam aos *camponeses caatingueiros*.

Além disso, a ASA tem contribuído para disseminar uma imagem positiva do Nordeste semi-árido, destacando suas potencialidades econômicas e culturais, como forma de contraposição às imagens redutoras e caricatas apresentadas pelos meios de comunicação em tempos de seca e também presente nas políticas de desenvolvimento regional. Fome, miséria, desigualdade social são fatos reais vivenciados pela população do Nordeste semi-árido, todavia, abordar essa fração do território nordestino apenas pelo viés do combate às secas implica em um reducionismo da realidade e em uma posição político-ideológica favorável à manutenção da estrutura de dominação historicamente construída ao longo do século XX.

5. Considerações finais

Com estas reflexões esperamos ter contribuído para ampliar o debate sobre a necessidade de romper com as análises engessadas e, em muitos casos, simplistas, sobre os camponeses da Caatinga, de modo a romper com a ideia equivocada de que estes sujeitos sociais apenas subsistem ou aceitam seu destino de forma passiva. No geral, as análises focam nas mazelas decorrentes da seca e não atentam para as formas de convivência, que têm proporcionado qualidade de vida às populações que vivem no Nordeste semi-árido, principalmente no campo, possibilitando assim frear, mesmo que minimamente, a saída dessa população para outras regiões do país e, em outros casos, a migração campo-cidade.

Nesse sentido, há que se pensar em outro Semi-árido e num outro sertanejo, que estejam para além das tragédias “naturais” e considerar que este sujeito é carregado de práticas sócio-culturais, modos de vida que se refletem na produção do território, ou seja, é ao mesmo tempo produtor e produto de territórios. Considerar esses elementos é fundamental para que a reflexão sobre os *camponeses caatingueiros* supere as blindagens construídas historicamente pelas oligarquias locais/regionais e corroboradas pelas clássicas análises que tratam da “questão Nordeste”.

Na verdade, trata-se de requalificar o debate, de atribuir novos valores aos processos sociais que emergem nessa fração do território nordestino, que, em função de sua realidade atual, requer outro olhar, mas não um

olhar que já está “treinado” a enxergar as tragédias sociais e associá-las ao bioma Caatinga, de maneira trágica e salpicada de elementos novelescos. Uma análise sócio-política e cultural dos *camponeses caatingueiros* pode revelar que sua realidade está repleta de elementos que demonstram a vivacidade e a resistência destes sujeitos sociais ante aos processos homogeneizantes do capital.

Notas

¹ Essa reflexão é parte da dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão, sob orientação da Profa. Dra. Helena Angélica de Mesquita.

² Termo usado por Ab’Sáber (1999, p. 13) e adotado por nós neste texto.

³ A palavra Caatinga vem do Tupi-Guarani e significa “mata branca, rala, espinhenta” - caa (mata) e tinga (branca).

⁴ *Cereus jaramacarú*.

⁵ *Cactus peruvianus*.

⁶ Em outdoor do Governo da Bahia exposto nas cidades em que passarão a FIOLE lê-se a seguinte frase: “O desenvolvimento da Bahia está nos trilhos da Ferrovia da Integração Oeste-Leste”.

⁷ O sentido da convivência com o Semi-árido foi cunhado por Guimarães Duque na década de 1960 (DUQUE, 1996, p. 9).

⁸ De acordo com reportagem publicada pelo jornal Folha de São Paulo em 2008, 59% da Caatinga já foi alterada pela ação antrópica.

⁹ Segundo dados do Ministério da Integração, o Semi-árido abrange uma área de 969.589,4km² e engloba 1.133 municípios de 9 estados brasileiros, sendo eles: Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí. Estima-se que nesta área residam aproximadamente 22 milhões de pessoas. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br>>. Acessado em: 05/11/2010.

¹⁰ A divisão do Brasil em 5 grandes regiões foi definida em 1969 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) levando-se em consideração os aspectos naturais, posição geográfica e semelhanças sócio-culturais.

¹¹ Para Almeida (2003, p. 74), “o sertão trazia consigo as marcas do processo colonizador, refletindo a linguagem do outro, do civilizado. Era uma forma de nomear o desconhecido, expressando o pensamento do europeu sobre o novo continente. O sertão passou a ter uma expressão cultural e ideológica que reforçava o distanciamento entre o eu e o outro”.

¹² Cf. Thomaz Júnior, 2007.

¹³ Diversos segmentos sociais fazem parte da ASA, como a Igreja Católica, Igrejas Evangélicas, Associações de Moradores e Trabalhadores Rurais e Urbanos, ONG’s de desenvolvimento e ambientalistas e Associações Comunitárias.

¹⁴ A ASA ainda desenvolve o Projeto Bomba D’água Popular (BAP), que consiste na perfuração de poços para abastecer as comunidades.

¹⁵ Em janeiro de 2007, o programa iniciou a sua fase demonstrativa.

¹⁶ Programa iniciado em julho de 2003, constitui-se na construção de cisternas de placas com capacidade de armazenamento de 16 mil litros de água captada das chuvas por meio de calhas instaladas nos telhados das casas. Segundo dados da própria ASA, até 31/08/2010 já haviam sido construídas 294.940 cisternas em toda a região semi-árida. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br>>. Acessado em: 05/11/2010.

Referências

AB'SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados da USP**, Dossiê Nordeste Seco, p. 7-59, 1999.

ALMEIDA, M. G. de. **Geografia: leituras culturais**. Goiânia; Alternativa, 2003. 236 p.

BARCELAR, T. **Nordeste, Nordestes: que Nordeste?** Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte013.html>>. Acesso em: 20/10/2011.

BRANDÃO, C. R. "**No rancho fundo**": espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009. 244 p.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário da Bahia**, 2006.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome: o dilema da fome: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 361 p.

CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no Semi-árido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. 354 p.

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Trad. de Margareth de Castro Afeche Pimenta e Joana Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2011. 406 p.

CUNHA, E. da. Os **Sertões**: campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Ediouro, 1991. 363 p.

DOURADO, J. A. L. **Modernização da agricultura: expropriação camponesa e precarização do trabalho no agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA)**. (Dissertação de Mestrado). Catalão (GO), Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, 2010.

DUQUE, J. G. **Alguns aspectos da ecologia do Nordeste e as lavouras xerófilas**. Mossoró/RN: Fundação Vingt-Un Rosado, 1996 (Coleção Mossoroense, Série B, n. 1352).

- FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GALVÃO, W. N. (Org.). **Euclides da Cunha: história**. São Paulo: Ática, 1980.
- JOHNSTON, R. J. **Geografia e os geógrafos: a geografia humana anglo-americana desde 1945**. São Paulo: DIFEL, 1986. 359 p.
- MALVEZZI, R. **Semi-Árido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007. 140 p.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2010. Disponível em: <<http://www.asabrazil.org.br>>. Acessado em: 05/11/2010.
- MELO NETO, J. C. de. **Morte e vida severina e outros poemas para vozes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. 163 p.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007. 396 p.
- OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. São Paulo: Paz e Terra, 1981. 137 p.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução Fanny Wrobel, revisão técnica Ricardo Benzaquen de Araújo. Rio de Janeiro: Campus, 1980, 306 p.
- QUEIROZ, R. Sertão, sertanejo. In: _____. **Caatinga, sertão e sertanejos**. Rio de Janeiro: Editora Alumbramento, 1994. p. 57-66.
- ROSA, J.G. **Grande sertão: veredas**. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 568 p.
- SANTOS, M. **Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006, 259 p.
- SILVA, J. de S. **Aridez mental, problema maior: contextualizar a educação para construir o 'dia depois do desenvolvimento' no Semi-Árido brasileiro**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Campina Grande, PB, junho de 2011.
- SILVA, R. M. A da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-Árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2006.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. **Geografia e trabalho no século XXI**, v. 2, 2006.

_____. **Os desafios rumo a um projeto para o Brasil!** Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas, 2011. 35 p. (No prelo).

_____. Não há nada de novo sob o sol de um mundo de heróis! (A civilização da barbárie na agroindústria canavieira). **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 8, p. 5-25, 2007.

Recebido em: 09/12/2011

Aceito em: 11/05/2012

